



Marcha de LECÓR ao longo da costa

O ÚLTIMO EPISÓDIO: A CISPLATINA

ANTONIO LUIZ PORTO E ALBUQUERQUE
Capitão-Tenente

I — EXPLICAÇÃO DO TEMA

Pode parecer estranho, ao comemorar-se o Sesquicentenário da Independência do Brasil, falar-se em Cisplatina, que não é nossa. Estudar brevemente, entretanto, o problema dessa província anexada ao Império do Brasil e mostrar aí a ação brasileira de eman-

cipação, é o que me proponho a seguir. Para tal, será preciso lembrar as raízes geopolíticas que nos voltam constantemente para o Rio da Prata e, então, teremos condições de compreender porque era uma contingência histórica necessária a integração, nas lutas da Independência, da Província Cisplatina ao Império do Brasil.

II — A VOCAÇÃO PORTUGUESA EM RELAÇÃO AO RIO DA PRATA

A) *Presença Portuguesa e Lutas com a Espanha*

Com o passar do tempo, caducara completamente o Tratado de Tordesilhas. Senão juridicamente, pelo menos na geografia, pois o limite, que impusera à colônia portuguesa da América do Sul, desvanecia-se aos poucos como resultado dos interesses lusos de expansão. A união das Coroas ibéricas, em 1580, liquidou, na prática, com aquela linha. Aos bandeirantes, particularmente, coubera a gesta de expansão para muito além do meridiano de Tordesilhas.

É com relação ao Sul, entretanto, que especialmente interessa examinar a expansão.

Tentavam os portugueses os limites naturais para a colônia. Se, ao Norte, não haveriam de parar no estuário-deltaico do Amazonas, para o Sul pretendiam limitar-se no Prata. Importantíssimo seria alcançar aquele rio como limite, por três motivos principais:

- a) manter a continuidade dos pampas, assegurando integridade ao território sulino, sem qualquer grande obstáculo de natureza geográfica;
- b) garantir melhor a fronteira do Sul por aquele limite, contra as eventuais (e depois freqüentes) investidas de estrangeiros indesejáveis; e
- c) assegurar, pelo domínio de uma de suas margens, o acesso aos rios navegáveis afluentes do Prata, que levam ao interior do Brasil, sendo, durante muito tempo, a melhor maneira de se chegar às terras de Mato Grosso.

A 1º de janeiro de 1680, deu-se o primeiro passo: D. Manuel Lobo, Governador do Rio de Janeiro, fundou a Colônia do Sacramento, por ordem do Rei de Portugal, à margem esquerda do Prata. Era o sinal efetivo de que Portugal pretendia aquele limite. Em agosto do mesmo ano, no entanto, os es-

panhóis conquistaram a Colônia do Sacramento. Por negociações diplomáticas, em meio a combates, foi a Colônia devolvida a Portugal, em 1683, desenvolvendo-se bastante com o comércio ilícito que nela se praticava pelo contrabando. Em 1701, sua posse definitiva foi-lhe garantida pela Espanha, por aliança que, então, se celebrou. Ocorrendo, entretanto, a Guerra de Sucessão da Espanha, tomou Portugal o partido da Inglaterra, inimizando-se com os espanhóis. Em 1704, conseqüentemente, foi a Colônia do Sacramento de novo tomada pela Espanha, por força das armas. A Paz de Utrecht, em 1713, cedeu novamente Sacramento a Portugal, delimitando a área circunjacente à cidade que se formava, sob a jurisdição portuguesa, até onde alcançasse um tiro de canhão.

A investida portuguesa não pararia aí. Em 1723, D. Aires de Saldanha de Albuquerque, Governador do Rio de Janeiro, tomou posse da Enseada de Montevideu, então vazia de povoamento. Os espanhóis, contudo, sob o comando de Závala, Governador de Buenos Aires, expulsaram os portugueses de lá, fundando, em 1726, a cidade de Montevideu.

Não se deram por vencidos os portugueses e, permanecendo no intuito de alcançar o Rio da Prata como limite meridional de suas terras na América, estabeleceram-se no Rio Grande e em Santa Catarina, respectivamente, em 1737, fundando os fortes de Jesus-Maria-José e Sant'Ana, que acabaram originando a Cidade de Rio Grande de São Pedro, e pela criação, em 1739, do governo da Ilha de Santa Catarina. Esses pontos ajudariam a manter as comunicações portuguesas em direção ao Prata.

Em 1750, pelo Tratado de Madri, a Colônia do Sacramento passou para a Espanha, recebendo Portugal, em troca, os Sete Povos das Missões, à margem esquerda do Rio Uruguai. Esse tratado foi, sem dúvida, lesivo a Portugal. Além de afastá-lo do objetivo pretendido — o Rio da Prata — deu-lhe terras já ocupadas, que teriam que ser, de fato, *conquistadas*, a fim de se expulsarem os antigos ocupantes, os in-

dios guaranis. Isso originou a infame guerra guaraníca, que, à custa de muita violência, afastou daquelas terras os índios que a habitavam, retirados para a margem direita do Uruguai.

O Tratado de Madri, no entanto, não conseguiu efetivar-se plenamente. As demarcações do terreno nunca foram feitas e, em 1761, tudo voltou a ser como antes de 1750.

A Guerra dos Sete Anos, entretanto, que opusera a Inglaterra à França, estava em curso desde 1756. Entrando no conflito, Portugal e Espanha foram inimigos, o que levou os espanhóis à reconquista da Colônia do Sacramento (1762), por Ceballos, Governador de Buenos Aires, e à conquista do Rio Grande (1763). O Tratado de Paris, fazendo a paz, em 1763, cedeu a Portugal a Colônia do Sacramento, a Ilha de Martim Garcia e o Rio Grande do Sul.

As disputas militares, contudo, persistiram. As Coroas ibéricas defrontavam-se diante de um objetivo estratégico comum: o Rio da Prata.

Pretendendo fortalecer sua posição política, a Espanha criou, em 1776, o Vice-Reino do Prata, como Portugal já fizera com o Brasil.

O novo Vice-Rei, Ceballos, conquistou a Ilha de Santa Catarina e a Colônia do Sacramento, em 1777. Só o Tratado de Santo Ildefonso, a 1º de outubro desse mesmo ano, pode estabelecer, pela via diplomática, uma situação definida das fronteiras disputadas. Portugal perdia tudo. Não se deixaria vencer, porém, a Coroa portuguesa e, nas novas lutas com a Espanha, reconquistou, em 1801, a margem leste do Rio Uruguai.

B) *Emancipação de Espanha e Política Portuguesa*

A conjuntura européia alterara-se bastante desde a última década do século XVIII. As lutas napoleônicas varriam a Europa, sendo a Grã-Bretanha o grande bastião que alimentava as resistências a Bonaparte. A título de punir a Espanha, que se aliara aos franceses, os britânicos ocuparam o Rio da Prata, atacando primeiro Buenos Aires

e, depois, Montevideú, entre 1805 e 1807, capitulando aí, nesse último ano, a 6 de julho.

Experimentados da luta contra os ingleses, os uruguaios rebelaram-se contra a submissão a Buenos Aires, em 1808, mantendo-se, entretanto, fiéis ao Rei de Espanha.

Em 1810, Buenos Aires destituiu a última autoridade espanhola local, protestando, embora, fidelidade à Espanha. Montevideú, contudo, não aderiu a esse gesto portenho, passando-se, então, para essa cidade, o Vice-Rei do Prata, Elio.

É nessa ocasião que surge uma figura da maior relevância em toda a história cisplatina: José Gervásio Artigas. Animado pelo movimento de emancipação de Buenos Aires, Artigas pôs-se a divulgar aquelas idéias pela Banda Oriental, em 1811. Os argentinos puseram-se a ajudá-lo. É fácil constatar-se, a seguir, que não o fizeram pela felicidade da Banda Oriental, mas para anexar essa província às que já lideravam.

Nesse mesmo ano de 1811, cercado em Montevideú por argentinos e uruguaios, o Vice-Rei Elio deu uma grande oportunidade a Portugal: pediu ao Príncipe Regente D. João, que já estava no Brasil havia três anos, uma intervenção, a fim de salvar aqueles domínios da Espanha. O Príncipe cedeu logo, fazendo-se a primeira intervenção luso-brasileira no Uruguai. Marchou sobre a Banda Oriental o Capitão-General do Rio Grande, D. Diogo de Sousa. Não teve êxito, no entanto, essa intervenção, pois, antes que D. Diogo chegasse a Montevideú, espanhóis, argentinos e uruguaios entenderam-se e fizeram a paz.

Fracassada a primeira intervenção, sem motivos para continuar no Uruguai, o Exército Pacificador da Banda Oriental, como foi chamado, retirou-se.

Com aquele acerto, não concordara Artigas, que em seguida se retirou para um exílio voluntário na Província de Entre-Rios.

Os argentinos, na verdade, queriam a Banda Oriental para si. Enquanto Artigas lhes foi útil, na oposição aos es-

panhóis, foi *persona grata*. Quando, porém, tornaram-se evidentes os interesses de independência para sua pátria, que sempre teve, Artigas foi logo hostilizado por Buenos Aires. A luta na Banda Oriental prosseguiu, conseguindo Artigas liberar quase toda a província, restando apenas a capital. Abandonando o cerco desta, em 20 de janeiro de 1814, porque seus deputados não foram aceitos na Assembléia de Buenos Aires, Artigas não viu a capitulação de Montevidéu, ocorrida em 20 de junho daquele ano, que resultou em sua separação definitiva de Espanha.

Em 1815, entretanto, apesar da oposição argentina, Artigas entrou vitorioso em Montevidéu. Com ele permaneciam as Províncias de Santa Fé, Entre-Rios, Corrientes e Banda Oriental, que não se integraram nas Províncias Unidas lideradas por Buenos Aires, as quais, pelo Congresso de Tucumán, a 9 de julho de 1816, decidiram "romper os vínculos violentos que as prendiam ao Rei de Espanha, recuperar seus direitos e investir-se do alto caráter de nação livre e independente, ficando de fato e de direito com poder amplo e pleno de dar-se a si mesmas formas que exige a justiça."

Todos esses fatos são importantes, porque levam à grande oportunidade, esperada desde o século XVII, de se ampliar o domínio português até a margem esquerda do Rio da Prata. Da mesma maneira que isso era importante para Portugal, como já mostrado, também o era para as Províncias Unidas da América do Sul, sob a liderança de Buenos Aires, para também controlarem o Prata. Tinha Buenos Aires o interesse de manter o território do antigo Vice-Reino do Prata, o que lhe daria muito grande área geográfica. Não se cansariam, portanto, de tentar anexar, também, a Banda Oriental, que, *de modo nenhum*, deveria juntar-se ao Brasil. Aí é que passa a incomodar sobremaneira a "rebeldia" de Artigas.

Independentes, restava às Províncias Unidas escolherem para si um regime político que lhes conviesse. E a idéia foi estabelecer uma monarquia. Puseram-se os argentinos à procura de um rei. Enviaram à Europa, com essa mis-

são, Rivadávia e Belgrano. Concertaram, também, longamente, com a Corte do Rio de Janeiro, onde D. Carlota Joaquina, irmã do Rei de Espanha, nutria pretensões dinásticas. Suas aspirações, entretanto, não coincidiam com as de seu marido e suas exigências superavam a aquiescência dos platinos.

O próprio Bolívar, em carta a um comandante inglês, Maling, reproduzida na íntegra por Souza Docca (1), fez profissão de fé monárquica. Foi intensa a atividade diplomática dos argentinos em busca de um soberano, tendo nisso, mais uma vez, a oposição do já muito incômodo José Artigas. Este continuava a ameaçar os planos argentinos e, também, a integridade das terras brasileiras, pois sua idéia, em 1811, consistia "na formação de uma grande República Federal, formada pelos países ou territórios povoados pela raça guarani e charrua, sob uma nação, com o nome de Grande República Oriental, a saber: Paraguai, Corrientes, com o Território das Missões, Rio Grande do Sul, Entre-Rios e Banda Oriental" (2). Tais ameaças de Artigas já haviam levado o Governo português a advertir Buenos Aires de que, se considerasse Artigas como seu súdito, que o contivesse; se não, Portugal o faria pela invasão. Tal era o perigo apresentado por Artigas às Províncias Unidas, com suas idéias federalistas e republicanas (contra as idéias unitárias e monarquistas), que Buenos Aires chegou a desejar a intervenção portuguesa na Banda Oriental. Eduardo Acevedo, em sua *História del Uruguay*, chega a dizer que "a entrega da Província Oriental aos portugueses foi proposta pelo Diretor Alvarez à Corte do Rio de Janeiro, como meio de enterrar o programa artiguista de reorganização das Províncias Unidas do Rio da Prata, tendo como base um regime republicano federal, calcado na constituição dos Estados Unidos, e foi efetivada pelos Di-

1) SOUZA Docca: *O Brasil no Prata, 1815 — 1828*, 1ª parte, Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, XI ano, I trim., 1931, págs. 39-41.

2) FERREIRA, J. Miguel Diaz: *La idea de Artigas o la formación de la Gran República Oriental*, apud Souza Docca, ob. cit.

retos Balcarce e Pueyrredon, com o concurso ativo do Congresso de Tucuman e de todas as forças militares da nação.”

Com o intuito, portanto, de liquidar com Artigas e tudo o que ele representava como impedimento para a realização da política argentina, Buenos Aires enviou, finalmente, ao Rio de Janeiro, em 1816, Manuel José Garcia, com a missão de acertar com o Rei D. João VI a intervenção na Banda Oriental.

Fracassada a tentativa de D. Carlota Joaquina, e em face do malogro da primeira intervenção, em 1811, surgia, agora, a grande oportunidade de D. João VI.

Os argentinos maliciosamente instigaram a intervenção portuguesa. Quiseram-na e deram a entender, de público, que não concordavam com ela.

Depois de realizada a intervenção, sob o comando do General Lecór, começaram os argentinos a reclamar, apesar do apoio secreto dado à expedição. “Para satisfazer o sentimento popular de patriotismo, publicou, contudo, Pueyrredon, a 2 de março de 1817, um manifesto contra as medidas do general português, fazendo, porém, simultaneamente chegar às mãos deste, junto com o documento ostensivo, uma carta confidencial, para rogá-lo de não tomar demasiado a sério ou não se melindrar com essa publicação e providências anunciadas, pois não passavam de frases que, como governante, fora compelido a assinar em tal conjuntura e lhe não deviam dar, por isso, a menor inquietação” (3). Isso, aliás, se prova facilmente, pois em carta de 9 de junho de 1816, Garcia, do Rio de Janeiro, dava notícias ao Governo de Buenos Aires, referindo-se à expedição Lecór: “Creio que em breve desaparecerá Artigas dessa província e talvez de toda a Banda Oriental.

“A esquadra está de âncora suspensa, esperando o primeiro vento.”

De fato, em 1817, após as primeiras vitórias, estava a Banda Oriental efeti-

vamente ocupada por tropas luso-brasileiras e submetida à Coroa dos Braganças. Parecia haver-se realizado o velho sonho colonial.

III — UMA CISPLATINA BRASILEIRA

A) *Problema Político*

Em 1820, a Batalha de Taquarembó selava a conquista da Banda Oriental. Iniciava Lecór o seu governo, um tanto criticado, mantendo para a Coroa portuguesa a nova terra, tão desejada. A 18 de julho de 1821, promoveu-se a incorporação daquela província ao Brasil, pela votação unânime dos 18 deputados escolhidos pelos alcaides ordinários e pelos cabildos, ou “funcionários públicos da administração portuguesa.” Estava, assim, *legalizada* a incorporação.

Frustraram-se com isso os argentinos. Não esperavam e não queriam tanto. Passaram imediatamente a instigar a rebeldia dos orientais, a fim de se aproveitarem dela.

Com a proclamação da Independência do Brasil, a 7 de setembro de 1822, formaram-se logo dois partidos, um favorável aos portugueses, outro favorável aos brasileiros. Cindiram-se, também, os chefes militares, D. Álvaro da Costa resistindo a D. Pedro e o General Lecór apoiando a autoridade imperial.

Tudo culminou a 20 de outubro de 1823, quando o Cabildo de Montevideu proclamou a nulidade da incorporação da Banda Oriental ao Império do Brasil.

B) *Problema Militar*

A Marinha, representada na Cisplatina por uma força de uma fragata, seis escunas e duas barcas, mostrava-se em “atitude incômoda, incompreensível mesmo, de franca expectativa” (4), pois o comandante dessa força era homem de pouca confiança e de valor mi-

³⁾ Ofícios de 8 e 18/4/1817, in *D. João VI no Brasil*, de Oliveira Lima, apud Souza Docca, ob. cit.

⁴⁾ BOITEUX, Lucas Alexandre: *A Tática nas Campanhas Navais Nacionais*, Comp. Melhoramentos de São Paulo, s/d, São Paulo, pág. 61.

litar duvidoso, como a seguir se verificou. Tratava-se do Almirante Rodrigo J. Ferreira Lobo.

Dois meses depois do Grito do Ipiranga, o Governo Imperial destacou para o Sul uma força de duas fragatas, uma corveta e cinco transportes, sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra David Jewett, de origem norte-americana, a nosso serviço. Foi a primeira força naval a ostentar, no oceano, a Bandeira Nacional. Largou do Rio de Janeiro em 14 de novembro, a fim de atender à situação perigosa que se formava na Cisplatina, em vista da Independência do Brasil. Jewett, entretanto, pouco depois de chegar ao Prata, teve que regressar à Corte, pois notícias ali chegaram de que a capital do Império estava ameaçada de bloqueio por forças navais inimigas. Era a Guerra de Independência que, desde o primeiro momento, fomos obrigados a empreender contra os portugueses, que ainda tentavam reverter o movimento liderado pelo novo Imperador, D. Pedro I.

Na Província Cisplatina, no entanto, as coisas não correram bem. D. Álvaro da Costa conseguiu revoltar elementos fiéis a Portugal, a bordo de um de nossos navios, e, com isso, arrecadando para si alguns transportes, formou uma flotilha para fazer face aos navios brasileiros. Sabendo disso, o Governo Imperial imediatamente exonerou do comando o Almirante Rodrigo Lobo, substituindo-o pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Pedro Antônio Nunes, em 19 de fevereiro de 1823.

Encontrava-se, assim, o Imperador, em grandes dificuldades ao Norte e ao Sul do Império, para fazer efetiva sua autoridade e manter a unidade nacional, gravemente ameaçada. Ao Norte, operavam unidades da Marinha Imperial sob o comando direto do Primeiro-Almirante, Lorde Thomas Cochrane. Ao Sul, reunira a Marinha Imperial uma flotilha capaz de enfrentar o inimigo.

No dia seguinte à declaração de nulidade da incorporação da Cisplatina ao Brasil, 21 de outubro de 1823, a flotilha portuguesa fez-se ao mar a fim de tentar romper o bloqueio que a força naval brasileira impunha ao Porto de

Montevidéu. Defrontaram-se os navios. Compunha-se a força portuguesa de quatro vasos: Corvetas *Conde dos Arcos* (26 canhões) e *Restauradora* (ex-*General Lecôr*, 16 canhões); Brigue *Fausto* (ex-*Liguri*, 16 canhões) e Escuna *Maria Thereza* (14 canhões). A força brasileira compunha-se de sete vasos: Corveta *Liberal* (24 canhões); Brigues *Cacique* (18 canhões), *Guarani* (16 canhões) e *Real Pedro* (14 canhões); Escunas *Leopoldina* (12 canhões), *Seis de Fevereiro* (1 rodízio) e *Cossaca* (1 rodízio). Tinham, assim, os brasileiros, uma superioridade de três navios, doze canhões e dois rodízios sobre os portugueses (5). A vitória foi nossa no combate que logo se travou, e que passou à História com o nome de Combate de Montevidéu.

Bloqueados no mar e sitiados em terra, os portugueses renderam-se, finalmente, a 18 de novembro do mesmo ano, retirando-se da Província Cisplatina, depois de demorada espera, a 8 de março de 1824, convencidos da vitória militar do Império do Brasil sobre os focos de resistência que se formaram. Nada mais tinham eles a esperar, pois o inimigo fora vencido em toda a costa brasileira. Partiram os portugueses de D. Álvaro da Costa a bordo de 9 navios mercantes escoltados por dois brigues e duas escunas da Marinha Imperial.

Terminara assim, com luta e com sangue, a contribuição da Marinha para a manutenção de uma Pátria íntegra, tal qual herdáramos da monarquia portuguesa. Começava, pois, uma nova era, com uma monarquia independente, cujo maior papel histórico seria o de consolidar a unidade nacional.

A Cisplatina, porém, não ficaria em paz. As Províncias Unidas jamais aceitariam aquela situação histórica. Não cederiam ante a vitória geopolítica da dinastia de Bragança. Instigariam a rebelião, a desordem, cobiçariam aquelas terras, até vê-las separadas do Brasil. E foi o que, pouco mais tarde, aconteceu, compondo já outro importante capítulo da História do Brasil.

⁵⁾ BOITEUX, Lucas Aléxandre; ob. cit., págs. 62 e 63.

